

Pode um maior nível de integração económica solucionar a necessidade de maior disciplina orçamental na Zona Euro?

“Vão para o diabo sem mim, Ou deixem-me ir sozinho para o diabo! Para que havermos de ir juntos?”¹

*David Mahamad**

Instituto Superior de Administração e Gestão

A premissa de Álvaro de Campos, centrada na perda do sentimento de “*ser inteiro*” perante um mar de possibilidades e um oceano de incertezas, poderá relativizar o orgulho da identidade histórica lusitana ao tradicional nacionalismo dos povos europeus. Somos Portugueses. Seremos europeus?

Não creio ser racional pensar uma integração económica de estados soberanos, isenta de um movimento semelhante a nível político e social. O caminho do Federalismo Europeu (União Política) já foi “aflorado”, com pouco sucesso. A Europa quer estar unida desde que seja regionalmente independente.

Torna-se necessário contextualizar a integração económica Portuguesa, que se inicia verdadeiramente no início dos anos 60, através do desenvolvimento do comércio externo, da entrada de capital estrangeiro e internacionalização da força de trabalho lusa num período de duas décadas de avanços, recuos e arrepsias.

A Teoria Tradicional do comércio, defende o aumento de eficiência na afectação de recursos (pela eliminação de discriminações e de restrições ao livre movimento de mercadoria e factores produtivos), como principal objectivo da integração económica. A Teoria da Integração Económica Internacional compreende esta perspectiva e estende-a e outros objectivos económicos.

Certamente a Europa não sobreviverá dividida frente à maturação das economias emergentes. Em 2010, a China confirmou o seu novo estatuto como segunda maior economia mundial e em 10 anos prevê-se que o dragão asiático passe a liderar a economia mundial.

Esta nova reorganização das elites económicas revela também novos riscos: O Velho continente já não compete apenas pela primazia económica, pela liderança cultural ou pela referência histórica. Os novos valores são as necessidades energéticas, a flexibilidade da força de trabalho, e o puro domínio de recursos... A nova ordem mundial é verdadeiramente “profissional”.

As próprias crises económicas foram também profissionalizadas. Senão vejamos; estados membros muito debilitados pela crise económico-financeira de 2009 como Portugal, Irlanda e Espanha já participaram no resgate e apoio a uma economia europeia enferma; a grega.

¹ – **Álvaro de Campos**, Lisbon Revisited.

* Aluno finalista da licenciatura de Gestão de Empresas no Instituto Superior de Administração e Gestão

Pode um maior nível de integração económica solucionar a necessidade de maior disciplina orçamental na Zona Euro?

Tal é deveras interessante se soubermos “à priori” que os países mais abastados e poderosos da Europa a 27, nomeadamente Alemanha, França e Inglaterra detêm através do sector bancário, participações na dívida externa a curto e médio prazo (em torno dos 30% do seu PIB), sobre os acima referidos económico-deprimidos.

No caso grego e apesar de ter uma dívida total em percentagem do PIB inferior a outros parceiros europeus (inclusive a Portugal), instalou-se subitamente uma grave crise económica e financeira, em virtude da perda de confiança nas estatísticas oficiais (patrocinadas pela especulação das “traíçoiras” agências de *rating* e consultoras financeiras norte-americanas), que haviam maquilhado a dívida externa (que teria diminuído 70% entre 2007 e 2008) e o défice público.

O espelho português mostra o desemprego e conseqüente ameaça de incumprimento do serviço da dívida para um número significativo de famílias.

É incontornável a referência histórica à “Grande Depressão de 1929” e à suspeita de alguns historiadores que apontam a descrita crise como tendo sido preparada por investidores londrinos para através da especulação nos mercados financeiros realizarem mais valias muito elevadas.²

Será razoável pensar que os sectores financeiros da União (e do mundo) serão beneficiários do problema económico? Estará “morto” o propósito de uma crescente interdependência das economias dos estados membros e a criação do gigante económico Europeu?

“Sê plural como o universo!”³

Álvaro de Campos não é um poeta de “carne e osso”; é um heterónimo, um outro “eu” poético de Fernando Pessoa, *um dos grandes poetas portugueses do século XX e reconhecido interessado pela questão europeia*.

Atrevo-me a sugerir que a Europa nacionalista (ou egoísta) será também um heterónimo da União Europeia integrada, (unida e competitiva). A actual liderança conservadora da União é uma expressão minoritária no contexto interno, que continua a permitir esforços especuladores sobre as economias periféricas.

A integração económica deverá produzir efeitos (de natureza estática e dinâmica), sobre os recursos, o crescimento económico e a conseqüente integração social. Já não é apenas um objectivo perseguido mas estritamente necessário.

Este processo afecta os estados membros mas sobretudo atribui à Europa um reforçado poder de afectar o mundo. É imperioso aceitar que Portugal já não é mais, um estado soberano “*de motus próprio*”⁴. Está ultrapassado o esforço da união aduaneira. Encontra-se enfraquecido o esforço da União monetária. A Europa precisa de ser unitária para o exterior; uma União, uma voz, uma vontade, um propósito. A vontade de Portugal; a nossa vontade enquanto Europeus.

² - Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, *This Time is Different*

³ - Fernando Pessoa, “Fernando Pessoa e a Europa do século XX” – Pág.191.

⁴ - “*de vontade própria*”